

BRASFRIGO S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024

BRASFRIGO S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido negativo

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e Cotistas da
Brasfrigo S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Brasfrigo S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalvas" as demonstrações contábeis acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Brasfrigo S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

A Companhia apresentou lucro no último exercício reduzindo o grau de endividamento, e patrimônio líquido negativo de R\$ 88 mil, em 31 de dezembro de 2024. A Administração da Companhia está desenvolvendo ações para a superação das atuais dificuldades operacionais. Dessa forma, o equilíbrio econômico-financeiro e a continuidade normal de suas operações dependerão do sucesso do estudo de rentabilidade futura. As demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024 foram preparadas no pressuposto da continuidade normal de suas atividades e não incluem nenhum ajuste relativo à realização e classificação dos valores de ativos ou aos valores e à classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a Companhia continuar operando.

Investimento não auditado

Conforme Nota Explicativa nº 17, a Companhia possui registrado na rubrica "Provisão para perda de Investimentos", no passivo não circulante, o montante de R\$ 4.431 mil em 31 de dezembro de 2024, sobre o qual foi apurada a equivalência patrimonial no resultado do exercício referente a esse investimento no montante de R\$ 20.407 mil. Contudo, as demonstrações contábeis da investida referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não foram auditadas por nós e nem por outros auditores independentes. Conseqüentemente, não temos como opinar e por isso não opinamos sobre tais saldos, assim como os possíveis efeitos que poderiam trazer sobre o resultado e a posição patrimonial e financeira da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Ausência de revisão da vida útil

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia mantém registrado na rubrica “Imobilizado” o valor de R\$ 28.082 mil, conforme Nota Explicativa nº 11, referente a bens destinados a sua atividade operacional. Entretanto a Administração não avaliou a vida útil econômica estimada de cada componente, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e não realizou os procedimentos pertinentes aos testes de recuperabilidade (impairment). Desta forma, em que pese termos conseguido validar as principais adições e baixas do período auditado, verificando a documentação suporte e correta contabilização, torna-se inviável aplicar procedimentos alternativos para formar e emitir opinião, como de fato não estamos emitindo, sobre os saldos do ativo imobilizado, das despesas de depreciação e da depreciação acumulada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações contábeis.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 20 de maio de 2025.

BRASFRIGO S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido negativo			
	Nota explicativa	2024	2023		Nota explicativa	2024	2023
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	915	272	Fornecedores	12	2.106	1.448
Contas a receber de clientes	5	6.600	5.836	Arrendamento - Direito de uso	13	1.725	2.729
Estoques	6	643	378	Obrigações tributárias	14	642	514
Tributos a recuperar	7	167	150	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	15	2.440	2.294
Outros ativos circulantes	8	1.051	314	Outros passivos circulantes		6.516	2.297
		9.376	6.950			13.429	9.282
Não circulante				Não circulante			
Depósitos judiciais	9	370	380	Arrendamento - Direito de uso	13	-	1.663
Outros ativos não circulantes	8	3.100	3.100	Obrigações tributárias	14	1.210	1.051
		3.470	3.480	Partes relacionadas	16	21.270	9.422
				Provisão para perda de investimentos	17	4.431	24.838
				Contingências	9	3.299	8.931
						30.210	45.905
Propriedades para investimentos	10	2.582	2.427	Patrimônio líquido negativo			
Imobilizado	11	28.082	29.328	Capital social	18.1	205.547	205.547
Intangível		41	61	Prejuízos acumulados		(205.635)	(218.488)
		30.705	31.816			(88)	(12.941)
Total do ativo		43.551	42.246	Total do passivo e patrimônio líquido negativo		43.551	42.246

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

BRASFRIGO S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2024	2023
Receitas dos serviços prestados	19	49.111	52.906
Custo dos serviços prestados	20	(43.764)	(42.228)
Lucro bruto		5.347	10.678
Receitas/(despesas) operacionais			
Despesas administrativas e gerais	21	(25.278)	(15.588)
Despesas tributárias		(475)	(600)
Equivalência patrimonial	17 (b)	20.407	(8.406)
Outras receitas/(despesas) operacionais, líquidas	22	13.100	1.024
		7.754	(23.570)
Lucro operacional /(prejuízo) antes das receitas financeiras, líquidas		13.101	(12.892)
Receitas/(despesas) financeiras, líquidas			
Receitas financeiras	23	52	37
Despesas financeiras	23	(300)	(411)
		(248)	(374)
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício		12.853	(13.266)
Resultado por ação - R\$		62,53	(64,54)

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

BRASFRIGO S.A.

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de Reais)

	2024	2023
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	<u>12.853</u>	<u>(13.266)</u>
Total de resultado abrangente do exercício	<u><u>12.853</u></u>	<u><u>(13.266)</u></u>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

BRASFRIGO S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital social	(Prejuízos)/lucros líquidos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	205.547	(205.222)	325
Prejuízo do exercício	-	(13.266)	(13.266)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	205.547	(218.488)	(12.941)
Lucro líquido do exercício	-	12.853	12.853
Saldos em 31 de dezembro de 2024	205.547	(205.635)	(88)

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

BRASFRIGO S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de Reais)

	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	12.853	(13.266)
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais		
Depreciações e amortizações	4.279	4.453
Baixa líquida do ativo imobilizado	493	1.035
Resultado de equivalência patrimonial	(20.407)	8.407
Constituição/(Reversão) de Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(61)	(22)
(Reversão)/constituição de provisão para contingências	(5.632)	687
	(8.475)	1.294
(Aumento) líquido/redução nos ativos		
Contas a receber de clientes	(703)	768
Estoques	(265)	(147)
Tributos a recuperar	(17)	60
Outros ativos	(737)	(81)
Depósitos judiciais	10	389
	(1.712)	989
Aumento líquido/(redução) nos passivos		
Fornecedores	658	81
Obrigações tributárias	287	(377)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	146	86
Outros passivos	4.219	188
	5.310	(22)
Caixa líquido (aplicado)/gerado nas atividades operacionais	(4.877)	2.261
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de bens para o imobilizado e intangível	(3.555)	(1.730)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(3.555)	(1.730)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Partes relacionadas, líquidas	11.848	2.970
Juros sobre arrendamento - direito de uso	219	124
Pagamento de arrendamento por direito de uso	(2.992)	(3.672)
Caixa líquido gerado/(aplicado) nas atividades de financiamentos	9.075	(578)
(Diminuição)/Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	643	(47)
Caixa e equivalentes no início do exercício	272	319
Caixa e equivalentes no final do exercício	915	272
(Diminuição)/Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	643	(47)

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

Fundada em 1975, a Brasfrigo S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, tendo como objetivo exercer atividades vinculadas ao terminal de containers e serviços correlatos, bem como armazenagem e movimentação de carga de terceiros.

A Companhia conta com duas unidades de câmaras frias destinadas à prestação de serviços de armazenagem de congelados e supercongelados nas cidades e Itajaí/SC e Uberlândia/MG.

Nos últimos 2 anos a filial Itajaí passou por alguns acontecimentos que impactaram negativamente a performance comercial/Operacional cujo resultado foi significativamente afetado.

- 1- nossa concessão de Alfandegamento concedida pela Receita Federal não foi renovada, tendo como justificativa a premissa de que o Porto de Itajaí teria condições de atender toda a demanda, notadamente as exportações e importações.
- 2- A empresa APM Terminais, arrendatária de 2 berços no Porto de Itajaí, não renovou contrato com a administração portuária, tornando-se necessária a abertura de uma nova licitação para arrendamento para os 2 anos seguintes, com expectativa de privatização, segundo governo Federal.

O fechamento gerou grandes problemas econômicos ao município e em todo o complexo portuário. O porto ficou fechado por exatos dois anos, sendo arrendado novamente em 2024 pela JBS Terminal, com retomada das operações novembro/24. Esse período de paralização afetou diretamente a retroárea que dá suporte de armazenagem as operações portuárias, da qual fazemos parte.

- 3- A evasão de exportadores para outros portos, fez com que procurassem novas alternativas e aproveitando a busca de redução nos seus custos operacionais. A busca por redução de custos os exportadores incentivam que suas operações sejam efetivadas ao máximo nas plantas e encaminhas diretamente ao porto, causando redução no volume que era enviados para armazéns como ponto de passagem e centralização dos seus lotes de produtos

Como ações de retomada do fluxo operacional em todo o seu potencial, estamos desenvolvendo um processo comercial mais arrojado, buscando o retorno dos volumes perdidos, além de incentivar novos clientes a operar pelo Porto de Itajaí, conseqüentemente, parceria com nossa empresa.

A Busca por novos mercados, novas habilitações e certificações estão sendo incrementadas, buscando possibilidades para mais negócios.

Sobre a filial de Uberlândia, as ações comerciais foram eficientes para desenhar um novo cenário. Os números já demonstram a melhoria.

2. Bases de preparação

- a. Declaração de conformidade (com relação às práticas contábeis adotadas no Brasil)

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária, as normas dos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).
As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração da Companhia em 20 de maio de 2025.

- b. Base de mensuração

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos na data da transação.

- c. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia por se tratar do principal ambiente econômico em que atua. Todas as informações financeiras apresentadas foram expressas em Reais, exceto quando indicado de outra forma.

- d. Uso de estimativas e julgamentos

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis, devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, num período não superior a um ano.

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são classificados em conformidade com seu prazo de realização, sendo demonstrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos períodos e deduzidos, quando aplicável, de provisão para ajuste ao seu valor líquido de realização.

As aplicações financeiras, quando escrituradas contabilmente, são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos apurados até a data do balanço, que não excede o valor de mercado.

3.2. Contas a receber de clientes e provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e deduzidas da provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa, a qual é constituída com base na análise dos riscos de realização, em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobertura de prováveis perdas na realização, conforme os valores demonstrados na Nota Explicativa nº 5.

3.3. Investimentos

O investimento na empresa "Center Trading Indústria e Comércio S.A." em 31 de dezembro de 2024 está avaliada pelo método de equivalência patrimonial. As demonstrações contábeis das empresas investidas são elaboradas para o mesmo período de divulgação da investidora, e, quando necessários, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com aquelas praticadas pela Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, para fins de demonstrações contábeis da investidora, a Administração determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre os investimentos existentes. A companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil, reconhecendo o montante na demonstração do resultado da investidora.

3.4. Propriedade para investimento

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A propriedade para investimento é mensurada inicialmente pelo custo. O custo inclui as despesas que são diretamente atribuíveis à aquisição da propriedade para investimento. Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado. Quando uma propriedade para investimento previamente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados.

3.5. Ativo imobilizado

O ativo imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável (impairment), se houver. A depreciação de bens do imobilizado é calculada pelo método linear que leva em consideração a vida útil-econômica desses bens, estimada como segue:

- Computadores e Periféricos: 3 anos;
- Instalações: 5 anos;
- Veículos: 5 anos;
- Máquinas e equipamentos: 10 anos;
- Edificações: 25 anos;
- Moveis e Utensílios: 10 anos.

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens forem prováveis e os valores puderem ser mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado do exercício quando incorridos. O valor residual e a vida útil econômica estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento de cada exercício.

3.6. Intangível

São representados por gastos no desenvolvimento e implantação de sistemas, direito de uso de softwares e marcas e patentes.

Os ativos incorpóreos, adquiridos separadamente, são mensurados ao custo de aquisição no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e/ou perdas acumuladas do valor recuperável, quando aplicável.

A vida útil de um ativo intangível é avaliada periodicamente, sendo amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável, sempre que houver indicação de perda de seu valor econômico.

3.7. Provisão para recuperação de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

3.8. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos.

As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses.

Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.9. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos monetários são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa esperado, a taxa de juros implícita. Subsequentemente, esses juros são realocados nas linhas de receitas financeiras no resultado.

3.10. Subvenção governamental

Uma subvenção governamental somente é reconhecida nas demonstrações contábeis quando existe segurança suficiente de que a Companhia irá cumprir todos os compromissos assumidos. São registradas pelo seu valor justo, sendo reconhecidas na demonstração do resultado pelo regime de competência de exercícios.

3.11. Ativos e passivos contingentes

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

- Ativos contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito provável são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados;
- Obrigações legais: são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

3.12. Operações descontinuadas

Uma operação descontinuada é um componente do negócio da Companhia que representa uma importante linha de negócio individual ou área geográfica de operações que foi alienada ou está mantida para venda.

A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes. Quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, a demonstração comparativa de resultado e dos fluxos de caixa é reapresentada como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do exercício comparativo.

3.13. Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos

A Companhia calcula o Imposto de Renda e a Contribuição Social de acordo com a legislação vigente.

Os ativos fiscais diferidos, decorrentes de prejuízos fiscais, da base negativa da contribuição social e de diferenças temporárias, são constituídos na medida em que seja provável que haverá lucro tributável futuro em montante suficiente para que estes sejam realizados. A recuperação do saldo de Imposto de Renda diferido é revisada no final de cada período de relatório.

3.14. Receitas financeiras e despesas financeiras

A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

3.15. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando ela transfere o direito ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: Caixa e equivalente de caixa, Contas a receber de clientes e outros créditos.

Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Tais passivos financeiros são reconhecidos pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, empréstimos e financiamentos junto às instituições financeiras e partes relacionadas e outras contas a pagar.

3.16. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

a) Alterações na norma IAS 1/CPC 26 R1 Apresentação das demonstrações contábeis

O IASB emitiu emendas à IAS 1 em janeiro de 2020 e em outubro de 2022, e estas alterações esclareceram os seguintes pontos:

- O direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses após o período do relatório deve ser substancial e existir antes do término deste período;
- Se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito a covenants, tais covenants afetam a existência desse direito no final do período do relatório somente se a obrigação de cumprir o covenant existir no final do período do relatório ou antes dele;
- A classificação de um passivo como circulante ou não circulante não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de postergar a liquidação; e
- No caso de um passivo que possa ser liquidado, por opção da contraparte, pela transferência dos instrumentos patrimoniais da própria entidade, tais termos de liquidação não afetam a classificação do passivo como circulante ou não circulante somente se a opção for classificada como instrumento patrimonial.

Essas alterações não têm efeito sobre a mensuração de quaisquer itens nas demonstrações contábeis.

b) Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 R2 Arrendamento

Acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e *leaseback*, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 para fins de contabilização como venda.

Em 22 de setembro de 2022, o IASB emitiu emendas à IFRS 16 - que tratam da mensuração subsequente para transações de venda e *leaseback* (relocação).

Antes das emendas, a IFRS 16 não continha requisitos de mensuração específicos para passivos de arrendamento que podem conter pagamentos variáveis de arrendamento decorrentes de uma transação de venda e relocação. Ao aplicar os requisitos de mensuração subsequentes de passivos de arrendamento a uma transação de venda e *leaseback*, o vendedor-locatário deve determinar "pagamentos de arrendamento" ou "pagamentos de arrendamento revistos" de forma que o vendedor-locatário não reconheça qualquer valor do ganho ou perda relacionados ao direito de uso retido pelo vendedor-locatário.

Essas alterações não tiveram efeito nas demonstrações contábeis da Companhia.

c) Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1)

Em 25 de maio de 2023, o IASB emitiu emendas a IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa e a IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

As emendas exigem que as entidades forneçam certas divulgações específicas (qualitativas e quantitativas) relacionadas aos acordos de financiamento de fornecedores (reverse factoring, forfait ou risco sacado). As alterações também fornecem orientações sobre as características dos acordos de financiamento de fornecedores.

3.17. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2024

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber:

- a) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2) - exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis compreenderem o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025;
- b) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 - classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- c) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 - podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

- d) IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis - a nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Contábeis (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações contábeis, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027;
- e) Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública - divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027;

Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. Para as alterações da IFRS 19 a Companhia espera não ser elegível para aplicar os requisitos de divulgação reduzidos.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos dos caixas e equivalentes de caixa estão representados pelos valores de realização, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos auferidos até a data do balanço patrimonial:

	2024	2023
Fundo fixo	1	-
Bancos conta movimento	914	271
Aplicação financeira	-	1
Total	<u>915</u>	<u>272</u>

5. Contas a receber de clientes

Estão apresentados com a seguinte composição:

	2024	2023
Contas a receber	6.728	6.025
(-) Provisão para Crédito Liquidação Duvidosa	(128)	(189)
Total	<u>6.600</u>	<u>5.836</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

A provisão para devedores duvidosos foi calculada com base na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos, sendo considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber.

Classificação por vencimentos

	2024	2023
A vencer	5.773	5.471
Vencidos até 30 dias	432	136
Vencidos entre 31 a 120 dias	318	203
Vencidos entre 121 e 180 dias	77	26
Vencidos entre 181 e 360 dias	7	185
Vencidos acima de 361 dias	121	4
	<u>6.728</u>	<u>6.025</u>

Movimentação da provisão para devedores duvidosos no ano:

	Saldo
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(211)
(-) Reversão de Provisão para créditos de liquidação duvidosa	234
Constituição de Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(212)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>(189)</u>
(-) Reversão de Provisão para créditos de liquidação duvidosa	137
Constituição de Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(76)
(=) Saldo atual - 31 de dezembro de 2024	<u>(128)</u>

6. Estoques

Estão apresentados com a seguinte composição:

	2024	2023
Amoxarifado	270	188
EPI e Uniformes	191	105
Materiais auxiliares	117	29
Outros estoques	65	56
Total	<u>643</u>	<u>378</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

7. Tributos a recuperar

Os saldos registrados referem-se a impostos a recuperar do ano corrente e de exercícios passados, cuja realização esperada pela Administração ocorrerá em até 5 anos, levando em consideração os períodos de apuração de cada imposto:

	2024	2023
FGTS a recuperar	9	9
IRPJ a recuperar	91	82
CSLL a recuperar	38	34
Outros impostos a recuperar	29	25
Total	<u>167</u>	<u>150</u>

O saldo de impostos a recuperar está apontado pelo valor nominal na data de encerramento do exercício.

8. Outros ativos circulantes e não circulantes

	2024	2023
Outros valores e bens (a)	3.100	3.100
Seguro patrimonial	606	236
Adiantamento a fornecedores	417	48
Outros ativos	28	30
Total	<u>4.151</u>	<u>3.414</u>
Circulante	1.051	314
Não circulante	3.100	3.100

a) Valor a receber referente a venda da Fazenda Indaíá.

9. Contingências e Depósitos judiciais

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de natureza tributária, previdenciária, reclamações trabalhistas e processos cíveis. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu em 31 de dezembro de 2024, provisão para as causas com expectativa de perda considerada provável no valor de R\$ 3.299 mil (R\$ 8.931 mil em 2023).

No que se refere a passivos contingentes com expectativa de perda possível o montante é de R\$ 265.968 mil em 31 de dezembro de 2024.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

A Companhia mantém depósitos judiciais vinculados às provisões tributárias, trabalhistas e cíveis, sendo em 2024 R\$ 370 mil (R\$ 380 mil em 2023).

10. Propriedade para investimento

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Imóveis para renda - Propriedade para investimento	<u>2.582</u>	<u>2.427</u>
Total	<u><u>2.582</u></u>	<u><u>2.427</u></u>

BRASFRIGO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

11. Imobilizado

	Terrenos	Edificações	Instalações	Máquinas e Equipamentos	Imobilizações em andamento	Arrendamento Direito de uso	Outras imobilizações	Total
Custo ou avaliação								
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.510	6.037	13.212	2.735	1.074	3.726	572	28.866
Aquisição	-	-	-	627	978	4.198	125	5.928
Depreciação	-	(542)	(886)	(296)	-	(2.533)	(174)	(4.431)
Baixa líquida	-	-	-	(12)	-	(1.023)	-	(1.035)
Transferências	-	-	-	16	-	-	(16)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.510	5.495	12.326	3.070	2.052	4.368	507	29.328
Custo total	1.510	10.679	37.930	7.322	2.052	14.309	2.042	75.844
Depreciação acumulada	-	(5.184)	(25.604)	(4.252)	-	(9.941)	(1.535)	(46.516)
Valor contábil	1.510	5.495	12.326	3.070	2.052	4.368	507	29.328
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.510	5.495	12.326	3.070	2.052	4.368	507	29.328
Aquisição	-	-	72	480	2.844	106	159	3.661
Depreciação	-	(542)	(819)	(319)	-	(2.482)	(97)	(4.259)
Baixa líquida	-	-	-	33	-	(301)	(225)	(493)
Transferências	-	-	473	(118)	(2.546)	-	2.036	(155) (a)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.510	4.953	12.052	3.146	2.350	1.691	2.380	28.082
Custo total	1.510	10.679	38.475	7.423	2.350	14.415	4.051	78.903
Depreciação acumulada	-	(5.726)	(26.423)	(4.277)	-	(12.724)	(1.671)	(50.821)
Valor contábil	1.510	4.953	12.052	3.146	2.350	1.691	2.380	28.082
Taxas anuais de depreciação - %		4%	4%	10%	20%	10 à 33%	10 à 20%	

(a) Valor transferido para "propriedades para investimentos"

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

12. Fornecedores

	2024	2023
Fornecedores nacionais	2.106	1.448
Total	<u>2.106</u>	<u>1.448</u>

13. Arrendamento - Direito de uso

A Companhia adotou em 01 de janeiro de 2019, a contabilização dos Arrendamentos Mercantis de acordo com o CPC 06-R2:

	2024	2023
Saldo inicial	4.392	3.742
Adição	106	4.198
Juros do exercício	219	124
Pagamentos realizados	(2.992)	(3.672)
Passivo de arrendamento em 31 de dezembro	<u>1.725</u>	<u>4.392</u>
Circulante	1.725	2.729
Não Circulante	-	1.663

14. Obrigações tributárias

	2024	2023
COFINS a recolher	248	204
IRRF a recolher	131	110
ISSQN a recolher	153	83
ICMS diferencial de alíquota	1.212	1.053
Parcelamentos tributos federais	-	51
Outras obrigações tributárias	108	64
Total	<u>1.852</u>	<u>1.565</u>
Obrigações tributárias - Passivo circulante	642	514
Obrigações tributárias - Passivo não circulante	1.210	1.051

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

15. Obrigações trabalhistas e previdenciárias

	2024	2023
Salários a pagar	6	17
Provisão de férias e encargos	1.779	1.678
INSS a recolher	444	426
FGTS a recolher	136	161
Outras obrigações previdenciárias	75	12
Total	2.440	2.294

16. Partes relacionadas

	2024	2023
Comercial Mineira S.A.	20.496	6.071
Acionistas pessoas física	573	574
Algodões Empreendimentos Turísticos Ltda.	200	200
Holding Outro Preto Ltda.	-	1.295
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	1	1.282
Total	21.270	9.422

17. Provisão para perda de investimentos

	2024	2023
Provisão para perda de investimentos a)	4.431	24.838
Total	4.431	24.838

- a) Refere-se ao investimento na "Center Trading S.A". Seus saldos contábeis são refletidos as equivalências patrimoniais e deduzidos de *impairment* quando aplicável.

17.a) Composição

Empresas controladas	% de participação	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido
Center Trading	10,59%	41.933	83.774	(41.841)	192.699

17.b) Movimentação

Empresas controladas	2023	Aumento de Capital	Resultado de Equivalência Patrimonial	Dividendos Recebidos	Dividendos Propostos	2024
Center Trading	(24.838)	-	20.407	-	-	(4.431)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

18. Patrimônio Líquido negativo

18.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 o capital social é R\$ 205.547, representados por 4.794 ações ordinárias e 903 ações preferenciais (sem distinção entre classes "A" e "B"), todas nominativas.

As ações preferências não dão direito a voto, mas tem prioridade no caso de reembolso do capital sem prêmio.

18.2. Direitos das ações

As ações preferenciais não dão direito a voto, mas tem prioridade no caso de reembolso do capital sem prêmio tendo garantido, ainda, dividendos 10% superiores aos das ações ordinárias.

19. Receita dos serviços prestados

As receitas são representadas por serviços prestados de armazenagens e podem ser assim resumidas:

	2024	2023
Serviços de armazenagem e resfriamento	55.967	59.688
(-) ISSQN	(1.679)	(1.261)
(-) PIS	(923)	(985)
(-) COFINS	(4.254)	(4.536)
Total	<u>49.111</u>	<u>52.906</u>

20. Custo dos serviços prestados

	2024	2023
Salários e encargos sociais	(21.134)	(22.133)
Gastos com materiais	(3.272)	(2.960)
Serviços terceiros	(4.437)	(2.083)
Outros custos	(14.921)	(15.052)
Total	<u>(43.764)</u>	<u>(42.228)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

21. Despesas administrativas e gerais

A composição das despesas gerais e administrativas está assim representada:

	2024	2023
Salários e encargos sociais (adm)	(5.296)	(7.409)
Serviços terceiros (adm)	(4.956)	(4.594)
Despesas com processos judiciais	(7.625)	(651)
Gastos com materiais (adm)	(702)	(418)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(76)	(212)
Perdas diversas	(5.255)	(56)
Outros (adm)	(1.368)	(2.248)
Total	<u>(25.278)</u>	<u>(15.588)</u>

22. Outras receitas/(despesas) operacionais, líquidas

	2024	2023
Provisão para contingências	(1.469)	(2.249)
Reversão de provisões	12.434	1.796
Aluguéis	1.058	789
Outras receitas operacionais	499	509
Recuperação de despesas	258	162
Outras receitas/ (despesas) operacionais	320	17
Total	<u>13.100</u>	<u>1.024</u>

23. Receitas/(despesas) financeiras, líquidas

	2024	2023
Receitas financeiras		
Receita de aplicação financeira	-	16
Juros recebidos	22	9
Descontos obtidos	8	6
Outras receitas financeiras	22	6
	<u>52</u>	<u>37</u>
Despesas financeiras		
Descontos concedidos	(33)	(224)
Despesas bancárias	(23)	(28)
Despesas com juros	(12)	(14)
Outras despesas financeiras	(232)	(145)
	<u>(300)</u>	<u>(411)</u>
	<u>(248)</u>	<u>(374)</u>

24. Instrumentos financeiros

A Companhia participa de operações envolvendo ativos e passivos financeiros com o objetivo de gerir os recursos financeiros disponíveis gerados pela operação. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando à liquidez, à rentabilidade e à segurança. A avaliação destes ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado foi elaborada por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes.

A Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de riscos e não possui quaisquer operações de “swap” ou similares. Em 31 de dezembro de 2024, não existiam saldos ativos ou passivos protegidos por instrumentos derivativos.

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros não divergem dos valores contábeis destes, na extensão em que foram pactuados e encontram-se registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazo similares.

A Companhia está exposta a diversos riscos financeiros inerentes à natureza de suas operações. Dentre os principais fatores de risco de mercado que podem afetar o negócio da Companhia, destacam-se:

Riscos de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha deste em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de caixa e equivalentes de caixa.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencer, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de cambial

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não estava sujeita ao risco de moeda nas vendas, compras e empréstimos denominados em uma moeda diferente das respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia, porém ocasionalmente pode efetuar importação de materiais de consumo, tendo por base o Dólar Norte-americano (USD) e o Euro (€). Nestes casos, as taxas de câmbio são pactuadas no ato da compra.

Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes substancialmente atreladas às variações do CDI nas aplicações financeiras contratadas em reais e dos juros sobre empréstimos expostos às variações das taxas TJLP.

Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos

A análise de sensibilidade é determinada com base na exposição às taxas de juros em relação aos ativos e passivos financeiros, denominados em moeda funcional. Conforme determinado pela Instrução CVM nº 475/08, é requerido que sejam apresentados dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável de risco considerado. Apresentamos abaixo os possíveis impactos no resultado e/ou nos fluxos de caixa futuros da Companhia.

25. Cobertura de seguros (não auditado)

A Companhia avalia a necessidade de contratação ou não de coberturas de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de exame pela auditoria e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

BRASFRIGO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

26. Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes entre o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, e a data de autorização para conclusão das demonstrações contábeis que pudessem alterar as posições contábeis do balanço patrimonial, demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa.

Ricardo Annes Guimarães
Diretor

Vanilce dos Santos Oliveira
Contador CRC 091.646/O-0